

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 533.834 - MG (2019/0278111-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : JAINE APARECIDA SANTOS
REQUERENTE : JULIANO MOIZES SANTOS
REQUERENTE : CARLOS COSTA COUTO
ADVOGADOS : NEGIS MONTEIRO RODARTE - MG070374
JANDERSON FABIANO DE CARVALHO - MG090442
PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA - MG139158
MARCEL ABDON OBEID ALVES - MG190165
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração de decisão por meio da qual indeferi o pleito liminar nos seguintes termos (e-STJ fls. 506/509):

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JAINE APARECIDA SANTOS, JULIANO MOIZES SANTOS e CARLOS COSTA COUTO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do Recurso de Apelação n. 1.0112.12.003561-6/004

Depreende-se dos autos que, nos autos da Ação Penal n. 0035616-37.2012.8.13.0112, os pacientes foram denunciados, em 31/8/2012, como incurso nos arts. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, II, e 61, II, *h*, na forma do art. 29, todos do Código Penal, por terem, em comunhão de esforços, tentado matar Jair Pinheiro, maior de 60 anos, por motivo fútil, golpeando-lhe por diversas vezes, inclusive com um tijolo, somente não se consumando o fato por circunstâncias alheias às suas vontades. A denúncia foi recebida em 4/9/2012.

Em 27/8/2014, os pacientes foram pronunciados pela prática do crime tipificado nos arts. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, II, na forma do art. 29, todos do Código Penal.

No julgamento em plenário de Júri, a conduta dos pacientes foi desclassificada para o delito previsto no art. 129, § 2º, II, do CP, tendo o paciente JULIANO sido condenado a 3 anos de reclusão, em regime semiaberto, e os demais a 4 anos de reclusão, também em regime semiaberto.

Interposta apelação, foi negado provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 488):

APELAÇÕES CRIMINAIS. LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA. ENFERMIDADE INCURÁVEL COMPROVADA ATRAVÉS DO AUTO DE CORPO DE DELITO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. IMPOSSIBILIDADE. REDIMENSIONAMENTO DAS

Superior Tribunal de Justiça

PENAS-BASE AO PATAMAR MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AOS RÉUS. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO INCIDÊNCIA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. MANUTENÇÃO. RECURSOS NÃO PROVIDOS.

-Impossível o acolhimento do pleito desclassificatório formulado nos recursos, verificando-se, a partir do auto de corpo de delito colacionado aos autos, a ocorrência de enfermidade incurável causada à vítima a caracterizar o crime descrito no art. 129, §2º, II do CP.

-Inviável o redimensionamento das penas-base fixadas ao patamar mínimo legal, havendo sido adequadamente sopesadas em sentença as circunstâncias judiciais descritas no art. 59 do CP.

-Não evidenciada nos autos a admissão dos fatos pelos recorrentes, inviável a incidência da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do CP em segunda etapa da quantificação punitiva.

-Mantém-se a imposição do regime inicial semiaberto em observância aos critérios previstos no art. 59 do CP, nos termos do art. 33, §3º do CP.

No presente *habeas corpus*, os impetrantes reiteram a alegação de desclassificação, ao argumento de que, *"ao imputar o crime de lesão corporal gravíssima aos pacientes, houve um enorme equívoco por parte do I. Magistrado sentenciante e da Turma Julgadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, especificamente quanto à natureza do delito e sua tipificação. A UMA, porque não houve lesão corporal de natureza gravíssima, conforme será demonstrado de forma cristalina a seguir. A DUAS, porque a vítima não foi acometida por nenhuma enfermidade incurável estabelecida pelo Art. 129, §2º, inciso II" (e-STJ fl. 11).*

Sustentam, outrossim, erronia quanto à dosimetria estabelecida para todos os pacientes.

Por fim, insurgem-se quanto ao capítulo decisório atinente ao regime inicial, ao alegarem que, *"conforme se vê da r. Sentença condenatória, somente 03 (três) das 08(oito) circunstâncias judiciais foram consideradas desfavoráveis aos pacientes Carlos Costa Couto e Jaine Aparecida Santos e, somente 02 (duas) ao paciente Juliano Moizes Santos, ou seja, a maioria das circunstancias judiciais previstas pelo Art. 59 do Código Penal são favoráveis aos pacientes e, nestes casos, é plenamente possível a aplicação do regime prisional menos gravoso [...]" – e-STJ fl. 23.*

Requerem, liminarmente, que *"não seja expedido nenhum mandado de prisão em desfavor dos pacientes até o julgamento do presente writ [...]"* e, no mérito, que seja concedida a ordem para:

(1) DESCLASSIFICAR a conduta dos pacientes Carlos Costa Couto, Jaine Aparecida Santos e Juliano Moizes Santos para a lesão corporal de natureza grave estabelecida pelo inciso III do § 1.º do artigo 129 do Código Penal, tendo em vista que, conforme exposto, a vítima sofreu debilidade permanente da audição apenas no ouvido esquerdo, não perdendo completamente os sentidos, tendo em vista que se trata de órgão dúplice.

Superior Tribunal de Justiça

(2) APLICAR as penas dos pacientes no mínimo legal, tendo em vista que todas as Circunstancias judiciais, conforme visto, militam em favor destes.

(3) ALTERAR o regime de cumprimento de pena dos pacientes para o regime aberto, na forma do Art. 33, §2º, “c” c/c §3º, do Código Penal, de conformidade com o entendimento jurisprudencial.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Em suas razões, sustenta a defesa que *"no presente caso houve uma debilidade permanente, ou seja, a perda da audição do ouvido esquerdo - não a perda completa do sentido(audição) - sendo certo que a vítima manteve a audição em seu ouvido direito e, neste caso, restou configurada uma lesão corporal de natureza grave, prevista no Art. 129, §1º, inciso III e, não, gravíssima, como entendeu, data vênica, equivocadamente, o Magistrado Sentenciante e o Tribunal de origem"* (e-STJ fl. 569).

Aduz, ainda, que *"as penas foram fixadas até o limite de 04 (quatro) anos, [e] os pacientes são primários e de bons antecedentes, não tendo o i. Magistrado de primeiro grau, bem como o E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, observado o teor do Art. 33, §2º, alínea c, já que foi aplicado o regime semiaberto [...]"* (e-STJ fl. 569).

Diante disso, pede a reconsideração da decisão combatida com o consequente deferimento do pedido emergencial para determinar *"que não expeça nenhum mandado de prisão em desfavor dos pacientes até o julgamento do presente writ [...]"* (e-STJ fl. 569).

É, em síntese, o relatório.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, os requerentes não aduzem nenhum fato novo que autorize mudança substancial no quadro fático apto a alterar a decisão que indeferiu a liminar, devendo, portanto, aguardar o processamento do presente *writ*, com a colheita das informações e manifestação do Ministério Público.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Após informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator